



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 178 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017.005607/2025-63 SEI-PVH		
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração	Cadastro: 10079231	
Nome do requisitante: Ana Beatriz Mascarenhas Martins	Sector/Departamento: Divisão de Controle e Gestão de Veículos Oficiais	Data do Pedido: 18/12/2025

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento, instalação, configuração e manutenção dos equipamentos necessários, contemplando geolocalização em tempo real por meio de tecnologias GPS e GSM/GPRS, acesso à plataforma web para gestão e emissão de relatórios operacionais, identificação de condutores por dispositivos RFID/iButton, armazenamento seguro das informações e cobertura em todo o território nacional, incluindo treinamento dos servidores designados para utilização do sistema, visando atender a Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$
1	-	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento, instalação e manutenção dos equipamentos necessários, contemplando geolocalização em tempo real por meio de tecnologias GPS e GSM/GPRS, acesso a plataforma web para gestão e relatórios, identificação de condutores por RFID/iButton, armazenamento seguro das informações e cobertura em todo o território nacional, incluindo treinamento dos servidores designados para utilização do sistema.	SERVIÇO	08	R\$ 64,20	R\$ 1.155,60
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO É DE R\$ 13.867,20 (treze mil e oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).						

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: A referida contratação é considerada **SERVIÇO COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Esta licitação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 017.005607/2025-63** SEI-PVH, visa motivar a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. 0569804 elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

2.2. DA JUSTIFICAVA DA SEMAD

2.2.1. A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar id. 0567955.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme informações do Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução escolhida está definida no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** id.0567955.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de Sustentabilidade

4.1.1. No que se refere aos critérios de sustentabilidade, a solução contratada deverá observar práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais e para a melhoria da eficiência na utilização dos recursos públicos. Nesse sentido, o sistema de telemetria deverá possibilitar a otimização de rotas, o controle de ociosidade dos veículos e a redução do consumo de combustível da frota, contribuindo para a diminuição da emissão de poluentes e para a racionalização do uso dos veículos. Sempre que aplicável, a contratada deverá promover a destinação

ambientalmente adequada de equipamentos eventualmente substituídos ou inutilizados durante a execução do contrato.

4.2. A contratação pretendida refere-se à prestação de serviços continuados de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento dos equipamentos necessários em regime de comodato, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e disponibilização de plataforma tecnológica para gestão e acompanhamento da frota.

4.3. A solução deverá possibilitar o monitoramento dos veículos em tempo real, por meio de tecnologias de geolocalização e transmissão de dados, permitindo maior controle operacional, melhoria na gestão logística, aumento da segurança patrimonial e otimização do uso dos veículos pertencentes à frota da Administração.

4.4. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto da contratação, devendo comprovar experiência na prestação de serviços similares mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5. Tais documentos deverão demonstrar a execução satisfatória de serviços de telemetria, rastreamento ou monitoramento veicular com utilização de tecnologias de geolocalização e transmissão de dados, evidenciando a aptidão da empresa para a adequada execução das atividades contratadas.

4.6. A solução tecnológica disponibilizada deverá contemplar o fornecimento e instalação de dispositivos rastreadores compatíveis com os veículos da frota, com funcionamento baseado em tecnologias de posicionamento global (GPS ou equivalentes) e comunicação por redes de dados móveis (GSM/GPRS, 3G, 4G ou superior).

4.7. O sistema deverá permitir a transmissão periódica das informações de localização e demais dados operacionais dos veículos, possibilitando o acompanhamento em tempo real, bem como o armazenamento das informações geradas para posterior consulta e análise gerencial.

4.8. A plataforma de monitoramento deverá ser disponibilizada em ambiente web e/ou aplicativo, com acesso mediante autenticação por login e senha para usuários autorizados pela Administração.

4.9. O sistema deverá permitir a visualização da localização dos veículos em mapas digitais, o acompanhamento de trajetos realizados, a geração de relatórios gerenciais e operacionais, bem como o registro de eventos relacionados à utilização da frota, tais como velocidade, tempo de parada, quilometragem percorrida, acionamento de ignição, rotas realizadas e demais informações relevantes à gestão administrativa e operacional dos veículos.

4.10. A solução deverá ainda contemplar mecanismos de identificação de condutores, por meio de dispositivos como RFID, iButton ou tecnologia equivalente, permitindo associar a utilização do veículo ao servidor responsável por sua condução. Tal funcionalidade contribuirá para o aprimoramento dos mecanismos de controle da frota, aumentando a rastreabilidade das operações realizadas e fortalecendo os instrumentos de gestão e fiscalização administrativa.

4.11. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade da plataforma de monitoramento e o adequado funcionamento dos dispositivos instalados nos veículos.

4.12. A empresa contratada será responsável pela realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos disponibilizados, bem como pela substituição daqueles que apresentarem defeito ou mau funcionamento, sem ônus adicional para a Administração, assegurando a continuidade da operação do sistema.

4.13. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado durante toda a execução contratual, prestando atendimento sempre que necessário para solução de eventuais falhas, dúvidas operacionais ou dificuldades relacionadas à utilização da plataforma.

4.14. Deverá ainda realizar treinamento adequado aos servidores designados pela Administração para utilização do sistema, contemplando a apresentação das funcionalidades da plataforma, a geração de relatórios e os procedimentos necessários para a adequada utilização das ferramentas disponibilizadas.

4.15. A instalação dos dispositivos de telemetria e rastreamento deverá ser realizada diretamente nos veículos indicados pela Administração, em local previamente acordado entre as partes, observando prazo compatível com a quantidade de veículos a serem atendidos e com a necessidade de garantir a continuidade das atividades administrativas.

4.16. A empresa contratada deverá adotar todos os cuidados técnicos necessários para assegurar a correta instalação dos equipamentos e a preservação das condições originais dos veículos.

4.17. Os equipamentos utilizados na execução dos serviços deverão possuir certificação válida emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, bem como atender às normas técnicas e regulatórias aplicáveis à transmissão de dados e à utilização de dispositivos eletrônicos embarcados em veículos.

4.18. A solução deverá ainda apresentar níveis adequados de confiabilidade, garantindo a integridade e a disponibilidade das informações geradas pelo sistema.

4.19. Quanto à proteção de dados pessoais, a contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a segurança das informações tratadas no âmbito da execução contratual.

4.20. Os dados coletados pelo sistema deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades relacionadas à gestão e ao monitoramento da frota, sendo vedado seu compartilhamento com terceiros fora das hipóteses legalmente autorizadas.

4.21. Subcontratação

4.21.1. A subcontratação de parcelas específicas do objeto poderá ser admitida de forma parcial, desde que previamente autorizada pela Administração e que não comprometa a qualidade ou a continuidade da prestação dos serviços.

4.21.2. Em qualquer hipótese, a contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto contratual e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas perante a Administração.

4.3. Alteração Subjetiva

4.3.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da forma do prazo, local de entrega, detalhamento do serviço e condições de recebimento

5.1.1. A execução do objeto ocorrerá de forma continuada, mediante fornecimento parcelado sob demanda, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço pela Secretaria demandante.

5.1.2. Cada Ordem de Serviço indicará os veículos a serem atendidos, o local de instalação dos equipamentos e demais condições operacionais necessárias à execução do serviço.

5.2. Prazo para instalação e cronograma

5.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Serviço, cronograma detalhado para instalação dos equipamentos, contendo a previsão de atendimento dos veículos, a identificação da equipe técnica responsável, os locais de execução do serviço e a previsão de conclusão das atividades.

5.2.2. O prazo máximo para instalação e ativação completa dos equipamentos será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

5.2.3. Caso o quantitativo de veículos ou as condições operacionais inviabilizem

tecnicamente o prazo estabelecido, deverá ser apresentada justificativa prévia no processo administrativo.

5.3. Comodato dos equipamentos

5.3.1. Os equipamentos utilizados para execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA em regime de comodato durante toda a vigência contratual.

5.3.2. Caberá à empresa contratada realizar a instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva dos dispositivos, bem como a substituição daqueles que apresentarem defeito ou mau funcionamento, garantindo o pleno funcionamento do sistema durante toda a execução contratual.

5.3.3. Em caso de dano, extravio, sinistro ou mau uso dos equipamentos por parte da Administração ou de seus usuários, a responsabilidade será apurada mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, podendo a contratada ser ressarcida caso seja comprovada a responsabilidade da Administração.

5.4. Retirada dos equipamentos ao final do contrato

5.4.1. Ao término da vigência contratual ou na hipótese de retirada de veículos da frota, a CONTRATADA deverá realizar a desinstalação e retirada dos equipamentos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração.

5.4.2. O eventual descumprimento desse prazo não implicará perda automática do direito de propriedade dos equipamentos, podendo ensejar notificação formal da contratada, aplicação das penalidades contratuais cabíveis e adoção das medidas administrativas necessárias para regularização da situação.

5.5. Disponibilidade do sistema (SLA)

5.5.1. A CONTRATADA deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento) da plataforma de monitoramento.

5.5.2. Para fins de medição, será considerado o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, sendo caracterizada indisponibilidade quando o sistema estiver inacessível ou incapaz de registrar dados em tempo real, excluindo-se da contagem os períodos de manutenção previamente comunicados e autorizados pela Administração.

5.5.3. A aferição da disponibilidade será realizada por meio de relatórios extraídos do próprio sistema e validados pelo Fiscal do Contrato, considerando a relação entre o tempo total do período de medição e o tempo de indisponibilidade não justificada.

5.6. Prazo para reparo de equipamentos

5.6.1. Constatada falha técnica nos equipamentos ou na transmissão de dados, a CONTRATADA deverá iniciar o atendimento técnico em até 24 (vinte e quatro) horas após o registro formal do chamado.

5.6.2. O reparo ou substituição definitiva deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da abertura do chamado.

5.6.3. O prazo aplica-se às situações que envolvam falhas de hardware, falhas na transmissão de dados ou inoperância total do equipamento, devendo a CONTRATADA adotar todas as medidas necessárias para restabelecer o pleno funcionamento do sistema no menor tempo possível.

5.6.4. Atendimentos remotos não suspendem o prazo para solução definitiva quando necessária intervenção presencial.

5.7. Condições de recebimento

5.7.1. O recebimento provisório ocorrerá após a instalação e ativação dos equipamentos nos veículos indicados pela Administração, mediante verificação inicial de funcionamento, sendo formalizado por meio de termo circunstanciado.

5.7.2. O recebimento definitivo ocorrerá após período de observação de até 15 (quinze) dias, mediante verificação da plena funcionalidade do sistema e validação pelo Fiscal do Contrato.

5.7.2.1. O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA das responsabilidades

legais e contratuais relacionadas à qualidade da execução dos serviços e à garantia do adequado funcionamento da solução contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A gestão e fiscalização da contratação observarão as disposições previstas nos arts. 117 a 121 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes estabelecidas no Decreto Federal nº 11.246/2022, assegurando o adequado acompanhamento da execução contratual e o cumprimento das condições técnicas, operacionais e administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.

6.1.1. A Administração designará formalmente servidor responsável pela gestão do contrato, bem como fiscais técnico e administrativo, que atuarão de forma complementar no acompanhamento da execução dos serviços.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico acompanhar a execução do serviço, verificar o funcionamento do sistema de monitoramento e validar os relatórios operacionais apresentados pela contratada.

6.1.3. Ao fiscal administrativo competirá verificar a regularidade documental da contratada, bem como analisar aspectos relacionados à conformidade fiscal, trabalhista e contratual.

6.2. RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

6.2.1. A contratada deverá apresentar relatórios periódicos que permitam à Administração acompanhar a execução dos serviços e verificar a regularidade das atividades realizadas.

6.2.2. Entre os documentos exigidos incluem-se relatórios de manutenção preventiva, relatórios de manutenção corretiva e relatórios de ocorrências sempre que solicitado pela fiscalização.

6.2.3. Os relatórios de manutenção preventiva deverão ser apresentados trimestralmente e conter informações referentes à data e horário da visita técnica, identificação do profissional responsável pelo atendimento, equipamentos atendidos, serviços executados, eventuais peças substituídas e recomendações técnicas para melhoria do funcionamento do sistema, podendo incluir registro fotográfico quando aplicável.

6.2.4. Os relatórios de manutenção corretiva deverão conter diagnóstico detalhado da falha identificada, descrição dos serviços executados e confirmação da execução da solução adotada.

6.2.5. Todos os relatórios deverão ser assinados pela contratada e posteriormente validados pelo fiscal técnico do contrato.

6.3. GESTÃO DOCUMENTAL

6.3.1. Toda a documentação relacionada à execução contratual deverá ser inserida e mantida atualizada no processo administrativo correspondente, garantindo rastreabilidade e transparência das informações.

6.3.2. Entre os documentos que deverão compor o processo incluem-se relatórios técnicos de acompanhamento, notificações emitidas pela fiscalização, registros fotográficos quando aplicáveis, notas fiscais devidamente atestadas, registros de comunicação entre as partes e documentos que comprovem a regularidade da execução dos serviços.

6.3.3. Também deverão ser incluídos no processo os registros relacionados à medição mensal do nível de disponibilidade do sistema (SLA), que servirão de base para validação da execução contratual e para eventual aplicação de glosas ou penalidades.

6.4. COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

6.4.1. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por meio eletrônico institucional, mediante utilização de e-mail oficial ou sistema eletrônico de gestão contratual adotado pela Administração, sempre com confirmação de recebimento.

6.4.2. Os chamados técnicos relacionados à manutenção ou correção de falhas deverão ser registrados em sistema próprio ou em meio formal equivalente,

contendo identificação do chamado, data e horário de abertura, descrição da ocorrência e registro da solução adotada.

6.5. PREPOSTO DA CONTRATADA

6.5.1. A contratada deverá indicar formalmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, preposto responsável por representá-la perante a Administração durante toda a execução contratual.

6.5.2. O preposto deverá possuir poderes para receber notificações, prestar esclarecimentos, adotar providências necessárias para a solução de ocorrências e acompanhar reuniões técnicas ou administrativas relacionadas ao contrato.

6.5.3. Eventual substituição do preposto deverá ser previamente comunicada à Administração, mediante indicação formal do novo representante.

6.6. MEDIÇÃO E VALIDAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.6.1. Por tratar-se de serviço continuado, o pagamento pelos serviços prestados estará condicionado à verificação da execução contratual pela fiscalização.

6.6.2. Para fins de medição mensal, deverão ser considerados a disponibilidade do sistema de monitoramento, o funcionamento dos equipamentos instalados nos veículos, a regularidade da transmissão de dados e o cumprimento dos prazos estabelecidos para manutenção preventiva e corretiva.

6.6.3. A contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada dos relatórios mensais de execução do serviço. A validação da medição será realizada pelo fiscal técnico do contrato, que verificará o atendimento ao nível mínimo de disponibilidade do sistema estabelecido no contrato.

6.6.4. O fiscal administrativo será responsável pela verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada para fins de liberação do pagamento.

6.6.5. Caso o nível mínimo de disponibilidade mensal do sistema não seja atingido, poderão ser aplicadas glosas proporcionais na fatura, conforme critérios estabelecidos no contrato.

6.7. INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO

6.7.1. O descumprimento das obrigações contratuais poderá caracterizar inexecução total ou parcial do contrato, sujeitando a contratada às penalidades previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7.2. Entre as penalidades aplicáveis poderão estar advertência, aplicação de multa, glosa de valores, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, bem como rescisão contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

6.7.3. Poderá ser considerada inexecução parcial, entre outras situações, o descumprimento reiterado dos prazos de manutenção, a indisponibilidade do sistema em percentual inferior ao nível mínimo estabelecido no contrato ou a ausência injustificada de atendimento técnico quando solicitado pela Administração.

6.8. PARALISAÇÃO OU SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.8.1. Eventual paralisação, impedimento ou suspensão da execução contratual deverá ser formalmente comunicada à Administração, acompanhada de justificativa técnica e documental. A situação será analisada pelo gestor do contrato, observando-se as hipóteses e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.8.2. Nos casos em que a suspensão ocorrer por iniciativa da Administração, deverão ser observadas as disposições legais relativas à preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando aplicável.

6.9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.9.1. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer falha identificada na execução do serviço, bem como responder por danos eventualmente causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato.

6.9.2. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, a regularidade de sua situação fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como cumprir integralmente as obrigações legais relativas aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários decorrentes da execução contratual.

6.9.3. A inadimplência da contratada em relação a tais encargos não transfere à Administração responsabilidade por seu pagamento.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando – se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste Termo;

7.2. A Administração, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa;

7.3. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4. A contratada deverá apresentar obrigatoriamente, junto à Nota Fiscal/Fatura, as certidões demonstrando sua regularidade fiscal;

7.5. Por ocasião do pagamento a Administração verificará se o CONTRATADO mantém todas as condições jurídicas que comprovem quitação junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, INSS; FGTS e Justiça do Trabalho (certidão negativa);

7.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou de 6%(seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.7. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.10. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.11. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.12. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Critério de Seleção do Fornecedor

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.1.2. Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL** conforme inciso I, art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

8.1.3. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, consoante art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Exigências de Habilitação

8.2.1. As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Para fins de comprovação da **qualificação técnica**, a licitante deverá apresentar documentação que demonstre aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, mediante:

8.3.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) quando aplicável, comprovando que a licitante executou ou executa serviços de **telemetria**, incluindo monitoramento remoto, coleta, transmissão, armazenamento e gerenciamento de dados, em condições compatíveis com o objeto desta contratação.

8.3.1.2. Comprovação de que os **sistemas de telemetria** ofertados atendem, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos:

- a) Coleta automática e contínua de dados;
- b) Transmissão remota e segura das informações, por meio de tecnologias adequadas (rede celular, rádio, satélite ou equivalentes);
- c) Armazenamento dos dados com histórico e rastreabilidade;
- d) Disponibilização das informações por meio de plataforma digital (web ou software dedicado);
- e) Emissão de relatórios gerenciais e alertas de operação.

8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações:

8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação desta Licitação, tratando-se de serviço, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão para participação EXCLUSIVA de empresas com porte de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, desde que atendam as exigências estabelecidas neste termo e no edital de licitação;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: “Art.23. O valor previamente estimado da contratação

deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

9.2. Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL id. 0701293 e 0701279. O valor total anual estimado para a contratação é de **R\$ 13.867,20 (treze mil e oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)**.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Das obrigações da CONTRATADA

10.1.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, quantitativos, prazos e níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo, observando as boas práticas técnicas aplicáveis à natureza do serviço e garantindo a continuidade e a confiabilidade da solução tecnológica contratada.

10.1.3. Compete à CONTRATADA fornecer, instalar, configurar e ativar os dispositivos de rastreamento veicular em perfeitas condições de funcionamento, responsabilizando-se integralmente pela qualidade, integridade e pleno funcionamento dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato durante toda a vigência contratual, bem como pela correta integração entre os dispositivos instalados e a plataforma digital de monitoramento.

10.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar plataforma tecnológica de monitoramento acessível por meio de ambiente web e/ou aplicativo, assegurando funcionamento contínuo do sistema, estabilidade da plataforma, segurança da informação e integridade dos dados gerados pelo sistema de monitoramento veicular.

10.1.5. Durante toda a execução contratual, caberá à CONTRATADA realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos instalados, bem como adotar todas as providências necessárias para garantir a continuidade da prestação do serviço, promovendo a substituição imediata dos dispositivos que apresentarem defeito, falha técnica ou mau funcionamento, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.1.6. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.1.7. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do contrato, inclusive danos materiais, operacionais ou tecnológicos, não sendo essa responsabilidade reduzida ou afastada pela fiscalização exercida pela Administração.

10.1.8. A CONTRATADA deverá assumir integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade por tais encargos em caso de inadimplemento.

10.1.9. Durante toda a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, devendo apresentar, sempre que solicitado pela Administração, a documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

10.1.10. A empresa contratada deverá observar integralmente as disposições relativas à proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual.

10.1.11. Compete ainda à CONTRATADA manter equipe técnica qualificada para execução dos serviços contratados, disponibilizando suporte técnico compatível com

a natureza continuada da solução tecnológica, assegurando atendimento tempestivo às demandas da Administração e adotando as medidas necessárias para solução de falhas ou inconsistências identificadas.

10.1.12. A CONTRATADA deverá indicar e manter preposto formalmente designado para representá-la perante a Administração durante toda a vigência do contrato, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, recebimento de notificações e adoção de providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

10.1.13. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.1.14. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

10.1.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos objetos solicitados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

10.2. Obrigações da contratante

10.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2.2. Compete à CONTRATANTE designar formalmente servidor ou comissão responsável pela gestão e fiscalização da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, registrando em processo administrativo próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

10.2.3. A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e adotando as medidas necessárias para assegurar a adequada prestação do serviço.

10.2.4. Caberá à CONTRATANTE realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços executados, após verificação da conformidade com as especificações técnicas, níveis de serviço e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2.5. A Administração deverá emitir a Nota de Empenho correspondente ao valor contratado, garantindo a formalização da contratação e a execução regular do objeto.

10.2.6. Compete à CONTRATANTE efetuar o pagamento à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos no contrato administrativo, desde que cumpridas as exigências legais e contratuais relacionadas à execução do serviço e à regularidade fiscal da contratada.

10.2.7. A CONTRATANTE deverá fornecer à contratada todas as informações necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo dados e informações relativos à frota de veículos a ser monitorada, bem como acesso às instalações quando necessário para realização das atividades de instalação, manutenção ou suporte técnico.

10.2.8. Caberá à Administração comunicar formalmente à contratada eventuais falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços, estabelecendo prazo razoável para a correção das inconsistências identificadas.

10.8.9. A CONTRATANTE poderá aplicar as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato administrativo quando constatado descumprimento das obrigações contratuais, sempre assegurando à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias

conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

11.1. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescrita pela Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.892/2022, e previstas no Edital e/ou contrato, as seguintes infrações:

11.2. A inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na legislação e no contrato.

11.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.5. Comportar-se de modo inidôneo; ou,

11.6. Cometer fraude fiscal;

11.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I- Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II- Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% (dois décimos por cento a três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; Nota explicativa: os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade;

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.8. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.9. Impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.10. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.10.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa presente neste Termo de Referência.

11.11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

11.12. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.13. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1 GRAU CORRESPONDÊNCIA	
GRAU 01	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 02	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 03	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 04	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 05	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	01
02	Não entrega de documentação simples solicitada pela CONTRATANTE.	02
03	Descumprimento de prazos.	03
04	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas médias.	02
05	Não entrega de documentação importante solicitada pela CONTRATANTE.	04
06	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas graves	04
07	Inexecução parcial do Contrato	05
08	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta).	05
09	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento das solicitações do Contratante.	05
10	Inexecução total do Contrato.	05
11	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do objeto.	05
12	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	05
13	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	05
14	Descumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência	03

11.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.15. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.16. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação

11.17. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

11.19. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.20. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade

11.21. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.22. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.23. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.24. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.25. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

11.26. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente da presente licitação ficará subordinada às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sendo formalizada mediante assinatura de Contrato Administrativo, que terá força obrigacional e vinculará a CONTRATADA à sua proposta, ao Termo de Referência, ao edital e às demais obrigações legais pertinentes à prestação dos serviços de telemetria, rastreamento e monitoramento veicular.

12.1.1. O contrato estabelecerá as condições de execução, fiscalização, pagamento, reajuste, prorrogação e rescisão contratual, observando-se a natureza de serviço continuado do objeto.

12.2. A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.3. Da Vigência

12.3.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições de habilitação da CONTRATADA, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.3. A prorrogação dependerá da verificação cumulativa de requisitos que demonstrem a regularidade da execução contratual, a vantajosidade para a Administração e a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como manifestação expressa da empresa quanto ao interesse na continuidade da prestação dos serviços.

12.3.4. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, a qual dependerá exclusivamente da conveniência e oportunidade da Administração.

12.3.5. Não será admitida prorrogação contratual caso a CONTRATADA esteja penalizada com impedimento de licitar ou contratar com o Poder Público, ou declarada inidônea, observada a abrangência da penalidade aplicada.

12.4. Do reajuste

12.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id. 0701279 Data-base PORTO VELHO (RO), 24 DE

12.4.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.4.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.4.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.4.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.4.9. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

12.4.10. Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo ocorrer por ato unilateral da Administração, por acordo entre as partes ou por decisão judicial.

12.4.11. Entre as hipóteses que poderão ensejar rescisão contratual incluem-se a inexecução total ou parcial do contrato, o descumprimento reiterado dos níveis mínimos de serviço estabelecidos, a paralisação injustificada dos serviços e o descumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas ou contratuais.

12.4.12. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração nos casos de rescisão administrativa, inclusive quanto à aplicação das penalidades cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.13. As sanções administrativas aplicáveis à execução contratual encontram-se disciplinadas em item próprio deste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, conforme: Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2026:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

P.A: 07.01.04.122.007.2.001

FONTE: 1.5000000000000000

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.2. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

14.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 13 de abril de 2026.

Responsável pela elaboração e revisão:

NATAN FERREIRA SOARES

Coordenador de Apoio Administrativo

Aprovação da Autoridade Competente

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar - ETP 0567955

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Aurea Jacques Benevides Medeiros, Assessor(a)**, em 14/04/2026, às 09:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Natan Ferreira Soares, Coordenador(a)**, em 16/04/2026, às 12:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Figueiredo De Lima Filho, Secretário(a)**, em 16/04/2026, às 14:05, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Mascarenhas Martins, Gerente**, em 22/04/2026, às 12:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0731441** e o código CRC **02D45DB9**.



017.005607/2025-63

0731441v85